

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-07-09

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Rocha, J. S. (2018). Caracterização do exército metropolitano. In Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (Ed.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial: Uma história militar concisa*. (pp. 133-153). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Further information on publisher's website:

<https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=126903>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Rocha, J. S. (2018). Caracterização do exército metropolitano. In Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (Ed.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial: Uma história militar concisa*. (pp. 133-153). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

CARACTERIZAÇÃO DO EXÉRCITO METROPOLITANO

Jorge Silva Rocha

“Ninguém desconhece que o nosso exercito, tal como o fallido regime monarchico o mantinha, estava muito longe de poder satisfazer á sacratissima missão da defesa da patria. O país sustentava um pseudo-exercito permanente que a monarchia suppunha erroneamente ser a sua guarda pretoriana, na inconsciencia de que um regime se sustenta só com baionetas. Não se abalçava, pois, a enveredar afoitamente para o caminho da nação armada, por ver nella um perigo para a sua integridade, aliás tão carcomida.”¹

O regime republicano tinha poucas duvidas, como deixam perceber as frases extraídas e acima transcritas do preâmbulo da Lei que promoveu a reorganização do Exército Metropolitano português em Maio de 1911, sobre a prevalência dos ideais monárquicos no seio do Exército que herdara do regime anterior. Um Exército que deixado com a sua organização inalterada e em roda livre descontrolada, constituía uma séria ameaça à própria sobrevivência da jovem República.

Depois de um período de intensa intervenção revolucionária, a Regeneração tinha feito regressar os soldados aos quartéis e levado a oficialidade a embrenhar-se nos meandros da política esperando, ingloriamente, poder continuar a decidir em causa própria.

Na segunda metade do século XIX as questões relacionadas com a reorganização do Exército mereceram contínua atenção dos decisores políticos nacionais e ocuparam sempre lugar de destaque na sua agenda. Assim, durante esse período desenvolveram-se acções com vista à reorganização do Exército em de 1862-1863, 1869-1870, 1884 e 1899-1901.²

O Exército era então “semi-profissional, com recrutamento pelas «sortes» e remissão do serviço militar a dinheiro ou por substituição (...).”³ Mas, sobretudo, fruto quer do

longo período que levava sem qualquer envolvimento em acções militares de defesa do território contra um inimigo externo; das frequentes mudanças impulsionadas pela sucessiva e frequentemente sobressaltada sucessão de conjunturas políticas ou, ainda; do atraso tecnológico, no início do século XX o Exército metropolitano português tinha pouca ou nenhuma valia.⁴

AS REFORMAS DE 1911

Implantada a República, logo os governos se apressaram a tratar da reforma das Forças Armadas e em especial do Exército. Uma reforma direcionada no sentido da modernização do aparelho militar mas também, e sobretudo, da criação de condições para afastar os militares de acções conspirativas e obstaculizadoras da consolidação do regime republicano.⁵

A revolta triunfara por especial empenhamento dos níveis hierárquicos inferiores da força terrestre uma vez que a oficialidade, desmotivada e alheada de todo o sentido do dever pelo esquecimento a que tinha sido votada nos finais da Monarquia, adoptou, na sua maioria, uma actitude passiva em relação aos acontecimentos históricos em curso.⁶

Pelo menos na aparência, o Exército aderira aos ideais republicanos. Nesse sentido apontava o General Ferreira Martins quando escreveu, em termos que hoje sabemos demasiado optimistas, “Poucos foram (...) os oficiais que, fiéis às suas crenças monárquicas, se abstiveram de aderir ao novo Regime (...)”.⁷

É certo que o grosso da oficialidade, seja por convicção seja por interesse, tinha aderido progressivamente aos ideais do novo Regime mas tal não significava que, repentinamente, todos os apoiantes do regime monárquico tivessem desaparecido e isso ficaria bem claro nos primeiros dois anos da jovem República com as chamadas “Incursões Monárquicas” em 1911 e 1912 e, mais tarde, com a “Revolta de Mafra” de 20 de Outubro de 1914 e a “Revolta de 14 de Maio de 1915”, entre outras.

O caminho a seguir seria o de adoptar uma organização similar à de Exércitos europeus de referência como o da Suíça ou o da França. Era necessário, como se referia no manual da 1.^a cadeira, “Orgânica Militar Portuguesa”, da Escola de Guerra, “(...) adoptar o serviço pessoal obrigatório com isenções de serviço militar para alguns mancebos em número muito restrito (...), igual para todos os cidadãos (...)”.⁸

Um pouco por toda a Europa, ao longo do século XIX, diversos Estados europeus tinham gradualmente promovido o desenvolvimento e a estruturação dos seus exércitos segundo uma lógica doutrinária convergente no conceito de *Nação Armada* em que o aparelho militar se assumia como «garante da independência nacional»⁹ deixando, pela progressiva criação e desenvolvimento de forças policiais, de ter como principal missão a manutenção da ordem pública; a conscrição era obrigatória e universal e a carreira militar era tendencialmente profissional.

Mas no Portugal de finais do século XIX este modelo revelara-se difícil de implementar pelo deficiente sistema de recrutamento existente. Excessivamente dependente de contingentes determinados pelo sorteio ou pelo oferecimento voluntário de mancebos, a prestação de serviço militar estava longe de ser universal e, em termos numéricos, afastava-se significativamente dos valores alcançados por outros países europeus.

A reorganização do Exército da República teve início com a promulgação do Decreto

sobre o Recrutamento para o Exército em 2 de Março de 1911. Nas palavras do legislador, “(...) não podia a República Portuguesa deixar de encarar com a maior solicitude o problema da defesa nacional, modificando e actualizando as instituições militares de forma a integrá-las completamente na obra da República”.¹⁰

A reforma das Forças Armadas, e a do Exército em particular, impunha-se porque era necessário “(...) romper com a formula aristocrática da Monarquia que fazia do Exército uma «casta à parte»” transformando o principal braço armado do Estado numa instituição democrática e aberta à restante sociedade.¹¹

Neste sentido se manifestava também no Senado o Tenente-Coronel (Artilharia) Manuel Goulart de Medeiros, filho de um importante monárquico Progressista da ilha do Faial e militante destacado do Partido Unionista, quando defendia a existência de “(...)um exército apto para defender a Pátria, mas não um exército fictício que só conste de efectivos no papel e sem recursos materiais. É preciso um exército instruído e bem preparado que possa defender a Pátria com honra e dignidade. Nós não estamos nas mesmas condições, em que estávamos no tempo da monarquia, em que o exército era apenas destinado ao serviço de polícia.”¹²

Volvidos escassos cinco meses da implantação da República, o poder político punha em marcha o seu plano para uma extensa mudança da estrutura militar do Exército Metropolitano.

Uma transformação que, de acordo com os objectivos traçados pelos seus ideólogos, permitiria: acabar definitivamente com a fuga ao serviço militar por parte dos estratos mais abastados da sociedade portuguesa; reduzir o tempo de prestação de serviço militar obrigatório e efectivo ao estritamente necessário à formação militar geral dos mancebos; a instituição de um ciclo de formação que previa a existência de períodos temporários de instrução militar quer antes da incorporação para prestação do serviço militar obrigatório, quer após a sua cessação; a reformulação do sistema de Reservas e; a criação de um exército de tipo miliciano.¹³

As intenções do legislador são declaradas com clareza logo nos primeiros parágrafos quando escreve “Entre nós o exército permanente deve considerar-se uma instituição liquidada”. Em jeito de justificação argumenta nas linhas seguintes que “Falseada como era completamente a sua missão, desde longos annos, nulla tem sido a sua preparação para a guerra.”¹⁴

A restituição do Exército “à sua nobre missão patriótica” far-se-ia então pela edificação de uma força armada miliciano, a partir de toda a população válida; pela regulamentação do sistema de recrutamento e; pela reorganização do dispositivo territorial das unidades da força terrestre. Para além disso, adoptava-se um regime de prestação de serviço militar efectivo de duração tendencialmente mais reduzida; promovia-se uma mais eficaz organização das Reservas e; abolia-se a possibilidade de remissão.

A Lei do Recrutamento para o Exército estabelecia nos seu articulado que “o organismo defensivo da nação” era constituído por três agrupamentos: a Armada, o Exército metropolitano e o Exército colonial.¹⁵

O Exército metropolitano seria constituído com base em forças activas, ou de primeira linha; forças de reserva e; forças territoriais.

No que respeita ao dispositivo territorial, determinava-se a divisão do território continental em oito Regiões de Recrutamento, compreendendo em termos orgânicos cada uma delas: uma Divisão militar “activa”, duas Brigadas de Infantaria de Reserva bem como outras Unidades também de Reserva. Cada Região de Recrutamento englobaria quatro Distritos de Recrutamento e a estes, por sua vez, corresponderiam um Regimento de Infantaria “activo”; um Regimento de Reserva e um número a determinar de Batalhões de forças territoriais.

A prestação de serviço militar tinha o seu início com a Instrução Militar Preparatória aos 17 anos e aos 20 o cidadão era alistado para prestar serviço permanente por um período igual ou superior a um ano. Seguiu-se um período de instrução básica militar nas Escolas de Recrutamento que, segundo a “Arma” ou “Serviço” de incorporação, podia ter uma duração de 15 a 35 semanas.¹⁶ Deste modo pretendia-se, conseguir cerca de nove milhares de homens para: guarnecer todo o dispositivo territorial do Exército metropolitano; instruir as tropas “activas” e de Reserva e; organizar a mobilização dos contingentes em caso de necessidade. “O novo sistema socorria-se de quadros permanentes mínimos para criar um processo de manutenção da *Nação em Armas*”.¹⁷

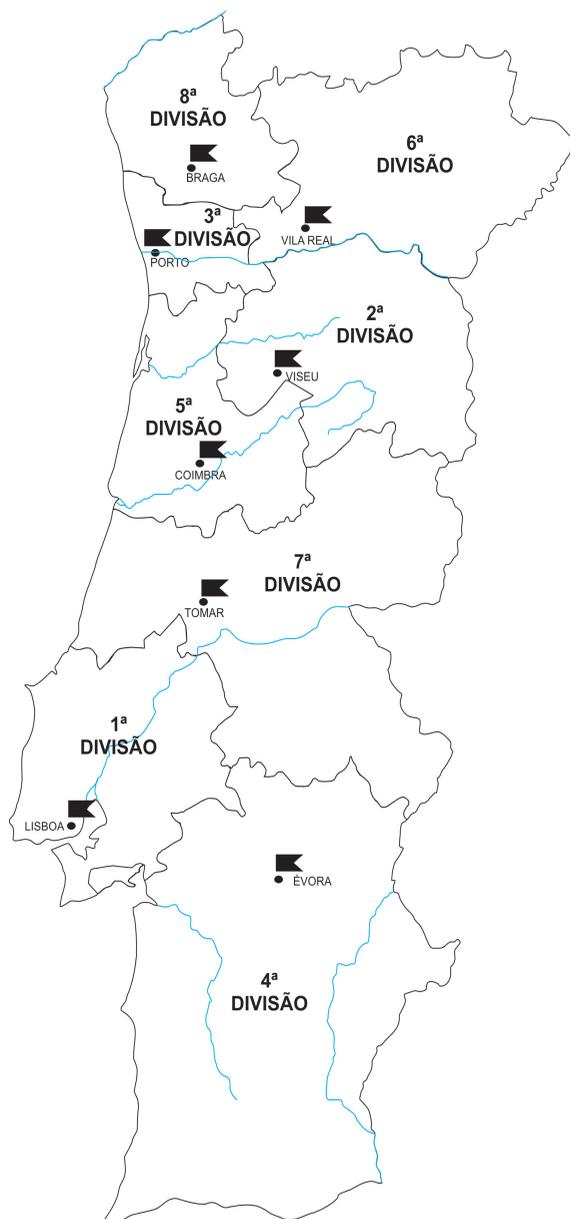
A duração do serviço militar, obrigatório e pessoal, ficava fixado em 10 anos para as forças activas, com obrigatoriedade de participar na instrução ministrada anualmente nas Escolas de Repetição ao longo de duas semanas, e 10 anos para as forças de Reserva. As forças territoriais poderiam ser chamadas a servir até aos 45 anos.

A produção legislativa com vista à reorganização do Exército metropolitano continuaria dois meses depois com a publicação do Decreto de 25 de Maio, o documento legal que pretendia sustentar a mais profunda reorganização do Ramo terrestre do “organismo defensivo da nação” e das diferentes estruturas de defesa herdadas do tempo da monarquia. Sob a designação de “Lei da Organização-Geral do Exército”, este diploma constituía a derradeira etapa de um processo que visava a concretização de uma reforma, largamente propagandeada mas insuficientemente definida, iniciada ainda em Outubro de 1910 por uma “Comissão de Reorganização do Exército” nomeada pelo Ministro da Guerra do Governo Provisório, Correia Barreto e presidida pelo Comandante da ainda Escola do Exército.¹⁸

O Exército metropolitano compreendia, seguindo a terminologia da época, dois grandes agrupamentos: as “Armas” e os “Serviços”.

Pertenciam ao agrupamento das “Armas” a Infantaria, a Cavalaria, a Artilharia de Campanha, a Artilharia a Pé e a Engenharia. Eram considerados “Serviços” o Serviço de Estado-Maior, o Serviço de Saúde Militar; o Serviço Veterinário Militar e o Serviço de Administração Militar.¹⁹

O território continental português dividia-se em termos militares em oito circunscrições ou Divisões com sede respectivamente em Lisboa, Viseu, Porto, Évora, Coimbra, Vila Real, Tomar e Braga.



O dispositivo de Unidades de Infantaria previa a existência de 33 Regimentos a três Batalhões de quatro Companhias cada; dois Regimentos a dois Batalhões de quatro Companhias; oito Grupos de três Baterias de metralhadoras; três Companhias de metralhadoras pertencentes aos Regimentos de Infantaria das ilhas adjacentes. “O Batalhão é a Unidade táctica da Infantaria (...) compõe-se de quatro Companhias, tendo portanto, um efectivo de 1.000 homens. A Companhia é a Unidade fundamental da Infantaria – Unidade de combate e Administrativa – tendo um efectivo de 250 homens. Cada Companhia fracciona-se em três Pelotões.”²⁰

No que respeita à instrução, o manual de Orgânica Militar Portuguesa da Escola de Guerra no mesmo sentido do Diploma de 25 de Maio²² mas com uma arrumação porventura mais compreensível, previa que a instrução militar dos oficiais, sargentos e praças das diferentes Armas e Serviços se efectua-se em escolas de três tipos espalhadas um pouco por todo o País: Escolas Preparatórias ou de Recrutamento; Escolas de Aperfeiçoamento e; Escolas de Aplicação. Do primeiro grupo de escolas, destinadas a “ministrar conhecimentos científicos e práticos para ser promovidos a 2.º Sargento ou a Alferes, faziam parte a Escola de Guerra, Escola Central de Sargentos, Escolas de Oficiais Milicianos, Escolas de Sargentos. Considerava-se escola de aperfeiçoamento, responsável por “difundir os altos conhecimentos militares entre os oficiais das diferentes armas e a preparar os oficiais destinados ao serviço de estado-maior”, a Escola Central de Oficiais. O terceiro grupo, “destinadas, em cada arma, à realização de estudos experimentais que permitam conclusões acerca dos melhoramentos a introduzir nos respectivos regulamentos e material”, era constituído pelas escolas de Tiro de Infantaria; Tiro de Artilharia de Campanha; de Equitação; de Aplicação de Engenharia e; pela escola de Aplicação da Administração Militar.²³

Mais além da reforma do serviço militar e da reorganização do dispositivo territorial, as reformas militares publicadas no decurso do ano de 1911 apontavam também no sentido da “libertação” do Exército das tarefas que há largos anos lhe eram confiadas no âmbito da manutenção da ordem pública e da segurança de estabelecimentos prisionais, entre outras. Em finais de Dezembro a questão merecia especial atenção do Parlamento e dava lugar a empolgados discursos:

“É facto que, no tempo da monarquia, o exército foi quasi exclusivamente empregado em serviços de polícia e em sustentar a dinastia. O exército, era, na frase dos próprios jornais republicanos, a reserva da Guarda Municipal. Mas é preciso que, na República, este estado de cousas não continue.

A guarnição de Lisboa e Porto está sobrecarregada com serviço.

Não se pode dar instrução ao seu pessoal, porque está toda entregue à guarda de cadeias, à guarda de conventos, à condução de presos e a fazer guardas de honra.

O serviço de guarda é daqueles que mais concorre para a desmoralização nas fileiras, porque consiste em tornar forçada a ociosidade do soldado que está de sentinela.

O seu bom senso não pode deixar de considerar a guarda como um serviço pesado, pois que o maça e enerva, dispondo-o o pior possível para poder acatar as ordens superiores.”²⁴

Este era, em traços gerais, o programa do primeiro Governo republicano para a reforma do Ramo militar que, assim se esperava, iria funcionar como principal bastião de defesa do regime recém instituído. Era um programa para a edificação de uma força de carácter defensivo e, não obstante a existência de possessões ultramarinas poder ditar a necessidade de intervenção militar fora das fronteiras metropolitanas, sem qualquer característica expedicionária. Um programa onde se pode constatar, a par de uma certa ingenuidade na

gestão das questões militares por parte do poder político, o estabelecimento de objectivos em grande medida utópicos e megalómanos. Esta realidade não constitui momento único na história militar de Portugal e voltaria a repetir-se, a uma escala porventura mais elevada, quase cinco décadas depois, no momento em que o Estado português teve que reformular os objectivos da sua Política de Defesa e Militar na sequência da adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte.²⁵

Para além das intenções, o programa de reforma das Forças Armadas, e em particular o da reorganização do Exército, produzirá efeitos muito aquém dos objectivos traçados. Empenhados numa multitude de frentes de actuação essenciais à garantia de manutenção da República, os sucessivos Governos demonstrariam, logo nos anos que medeiam entre a publicação do Diploma legal que determinava a reforma do Exército metropolitano, e o início do envolvimento activo de forças militares portuguesas na Primeira Guerra Mundial, falta de capacidade para fazerem vingar os objectivos traçados.

O ímpeto reformador que se pretendia exequível e activo durante um período alargado de tempo acabou por durar apenas cerca de dois anos, até ao começo da Grande Guerra em 1914, e grande parte das reformas não chegou sequer a ser iniciada.

OS ANOS DA GUERRA

Em Agosto de 1914 as transformações que se tinham operado no Exército desde a implantação da República não lhe permitiam encarar o desafio da beligerância fosse pelas insuficientes e incompletas reformas concretizadas em termos organizacionais, fosse também pelo incipiente sistema de gestão e formação dos recursos humanos disponíveis.²⁶

Em termos práticos, à data dos primeiros contactos nacionais com a conjuntura de guerra, pouco mais tinha sido feito do que promover a efectivação, diga-se em termos meramente administrativos, da organização da Defesa Nacional definindo os seus Ramos constituintes e, em paralelo, a criação da Guarda Nacional Republicana (GNR)²⁷, a força policial que iria libertar o Exército das tarefas que, com quase exclusividade, vinha desempenhando no âmbito da manutenção da Ordem Pública.

À cabeça das razões condicionadoras do programa de reformas publicadas em 1911 estava a questão económica, visivelmente subestimada pelos seu ideólogos.

Sobre esta matéria e a propósito da discussão do orçamento para o Ministério da Guerra dos anos 1911-1912, em finais de Dezembro de 1911 argumentava na Câmara dos Deputados o Tenente-Coronel José Augusto de Simas Machado, deputado à Assembleia Constituinte e futuro comandante da 2ª Divisão do Corpo Expedicionário em França,

“Sr. Presidente: creio que a primeira cousa a fazer neste país é, antes que se trate de reformas, atender á situação financeira da Nação. Não podemos tratar, em absoluto, da despesa a fazer com o Ministério da Guerra ou do Interior, sem se saber se o país pode com essa despesa (...)

(...) Dizem V. Exas. que o exército não deve ser empregado em guardar cadeias, fazer serviço de polícia, etc. Sim, senhor, de acordo, o exército não é para isto, mas o que pergunto é se o país tem os recursos necessários ...”

Das bancadas recebe o contra-argumento do deputado João Pereira Bastos, também ele

militar, “Um país que não tem recursos para se defender não tem direito a viver.”²⁸

Em Portugal a miséria social generalizou-se muito antes do início da guerra. A conjuntura de guerra e o envolvimento forçado na mesma “apenas” veio agravar a já muito difícil situação financeira do País obrigando as autoridades nacionais a contraírem avultados empréstimos no exterior. Neste cenário dificilmente haveria margem para despender as elevadas somas requeridas para o levantamento do aparelho militar ambicionado, e amplamente propagandeado, pelos republicanos.

No seio do Exército alastrava um profundo descontentamento propalado por um crescente número de oficiais opositores da política militar seguida pelos diversos Governos.

À indisciplina que vinha crescendo desde os primeiros momentos da República juntavam-se novos factores potenciadores da quebra de coesão interna do Exército. A inevitabilidade de uma participação activa no conflito em curso levou vastos sectores da oficialidade ao protesto, convictos que estavam da impreparação material e humana do País para levar a bom termo tão exigente comprometimento. “A eclosão da Primeira Guerra Mundial marcará indiscutivelmente um anova fase nas relações entre a instituição militar e o regime republicano”.²⁹

O descontentamento acentua-se logo em 1914 na sequência da mobilização de cerca de 3.000 homens para constituir duas forças expedicionárias destinadas a reforçar as guarnições militares de Angola e Moçambique no teatro africano da Grande Guerra e, em especial, por acontecimentos como o de Naulila³⁰ em que fica grandemente comprovada a insuficiente, senão inexistente, preparação militar dos contingentes enviados para o terreno.

Em Novembro desse ano tinham já sido mobilizados na metrópole um total de 4.328 homens para África segundo o método da imposição de serviço para os militares pertencentes ao quadro permanente, e o da aceitação de oferecimentos para os restantes efectivos em falta.³¹

Assim, por circunstâncias grandemente relacionadas com a actuação dos decisores políticos, em 1914 a operacionalidade do Exército era muito diferente da pretendida e, fruto das circunstâncias, da necessária. O Regime republicano, que se tinha empenhado num ambicioso plano de reforma das Forças Armadas, falhara tanto na sua modernização como na sua pacificação ou o mesmo será dizer, falhara na criação das duas condições necessárias a um capaz envolvimento das forças militares portuguesas no conflito.

Muito antes do envolvimento activo de forças militares portuguesas no teatro europeu da Guerra, o Exército metropolitano estava já sujeito a enorme desgaste e exaurido dos seus melhores quadros e especialistas entretanto enviados para África. Até meados do ano de 1915 foram mobilizados para Angola e Moçambique cerca de 14.000 homens, um enorme esforço se tivermos em conta que quatro anos antes o número de efectivos permanentes do Exército andaria perto dos 12.000. A partir deste ano o quadro de milicianos cresce rapidamente e, em simultâneo, aumentam também as situações de tensão e conflito entre estes e os oficiais formados na Escola de Guerra.³²

A acrescer a esta dificuldade, em finais de 1914 tinha sido tomada a decisão política, na sequência de um pedido de cedência de material de artilharia efectuado pelas autoridades francesas, de organizar a designada “Divisão Auxiliar” (cerca de 23.000 homens) para posterior empenhamento em França.

Em Janeiro de 1915, numa acção concertada contra a ingerência do poder político na esfera de decisão dos comandos militares, tem lugar o denominado “Movimento das Espadas”. Um significativo número de oficiais da guarnição militar de Lisboa protesta junto do Presidente da República, Manuel de Arriaga, pela transferência, em circunstâncias pouco claras, de oficiais para outras guarnições e propõe-se entregar as suas espadas contra o que consideram ser actos de perseguição política. O poder político, numa demonstração de força, ordena a sua prisão por insubordinação.

Com um duplo impacto na operacionalidade do Exército, nesse ano o grande objectivo republicano de criação de um Exército miliciano tinha já “caído por terra” e, mais grave do que isso, a reduzida estrutura aproveitável da força semi-profissional que o rei D. Carlos tinha procurado erigir tinha sido irremediavelmente destruída.³³

“O Exército efectivo era uma manta de retalhos, com um corpo de oficiais profissional que não apoiava o regime nem entendia a necessidade da beligerância, enquanto os soldados e sargentos estavam minados pela indisciplina e politização nos quartéis.”³⁴

O principal pilar da construção da tão ambicionada “Nação em Armas”, o serviço militar pessoal e obrigatório, revelou-se também ele assente em bases pouco sólidas e que rapidamente o fizeram ruir pela prevalência das chamadas “excepções”, principal mecanismo de fuga à prestação de serviço militar utilizado pelas classes mais privilegiadas da sociedade portuguesa.

Pimenta de Castro, chegado ao poder ainda no primeiro mês de 1915 respaldado pelo apoio de uma facção de militares descontentes com o rumo beligerante seguido pelo Partido Democrático, declara publicamente o seu desacordo em relação à política militar dos governos anteriores e suspende o envio de tropas para África bem como o programa de mobilização e instrução entretanto iniciado.³⁵

A braços com dificuldades de todo o tipo, os sucessivos governos foram adiando a organização da *Divisão Auxiliar* até finais de 1915, um período durante o qual se foi forçando e consolidando a vontade política de intervir directa e activamente na frente europeia da Guerra ao mesmo tempo que se procurava imprimir continuidade ao processo de reorganização e reequipamento militar do País de modo a conferir-lhe uma operacionalidade que tardava em ser alcançada.

Ao longo do ano sucedem-se as situações reveladoras de uma certa incapacidade por parte das Forças Armadas, e é claro, do Exército de impedirem a livre circulação no seu seio de agentes destabilizadores pertencentes a diversas organizações partidárias e sociedades secretas sempre hábeis na arregimentação de seguidores e na manipulação de vontades. A revolta que, em 14 de Maio derrubou o governo de Pimenta de Castro e conduziu à resignação de Manuel de Arriaga, foi disso exemplo e corolário.

De novo no poder, o Partido Democrático, guerrista, lança uma feroz campanha contra todos, e em particular contra os militares, os que se manifestavam abertamente contra o envio de tropas para França e que, por todos os meios ao seu alcance, se procuravam furtar à obrigação do serviço militar.

Em defesa do Exército sairá o ainda Coronel Gomes da Costa insurgindo-se publicamente

contra a teimosia suicida de alguns políticos que insistiam no envio de forças militares mal instruídas, mal armadas e mal equipadas para um teatro de guerra onde teriam que se bater contra um exército com uma organização e preparação muito superiores.

Só no início de 1916 o Conselho de Ministros considerou estarem reunidas condições para a construção de um campo de instrução, em Tancos, para treino operacional da adiada *Divisão Auxiliar*. Ao mesmo tempo são anunciadas pelo Ministro da Guerra Norton de Matos as primeiras aquisições de material automóvel para equipar o Exército.

Após a declaração de guerra a Portugal em Março de 1916, uma rápida sucessão de Diplomas legais determinam a mobilização industrial do País e autorizam as autoridades militares a mobilizar parcial ou totalmente os efectivos julgados necessários ao esforço de guerra.

Logo nesta fase fica patente, pelo tipo de legislação produzida, a escassez de militares do quadro permanente e de outros graduados para instruir e enquadrar os efectivos a mobilizar.

No mês seguinte começam as promoções apressadas de modo a suprir as necessidades de oficiais subalternos. Reduz-se o tempo de duração dos cursos de formação de oficiais na Escola de Guerra, mas também o de outros quadros inferiores e proíbe-se a saída do País de Praças licenciadas e reservistas.

Na Câmara dos Deputados afirmava-se abertamente:

“São, como não podem aliás deixar de ser, manifestamente insuficientes os quadros permanentes de oficiais e sargentos não só para uma mobilização geral de todas as forças nacionais mas também para circunstâncias como as actuais, provenientes do estado de guerra, em que se teve que recorrer a uma larga promoção de sargentos ajudantes a alferes e a antecipar os termos normais dos diferentes cursos na Escola de Guerra. (...) Não há neste caso gravidade alguma: país algum pode efectuar reuniões extraordinárias de tropas só com os quadros permanentes. O facto que deve preocupar-nos é o da falta de oficiais milicianos em número que, embora em pequena escala, visto estarmos ainda no começo da vigência da lei orgânica do nosso exército, possa servir desde já para obviar à natural deficiência dos quadros permanentes.”³⁶

Nesta fase tudo se fazia para levantar uma Divisão para empenhamento na frente ocidental europeia da Guerra, instrumento de afirmação internacional do regime republicano português. Mas faltava, agora que no campo diplomático se tinha conseguido levar por diante o envolvimento directo no conflito em curso, operacionalizar militarmente os objectivos traçados pelos decisores políticos.

No campo político-militar, o envolvimento directo em combates no teatro europeu da Grande Guerra impunha uma adequada preparação militar e equipamento das forças nacionais a enviar para o terreno mas também uma identificação dos seus efectivos, em especial dos graduados, com os objectivos intervencionistas traçados pelo poder político. Nenhuma destas condições se verificava.³⁷

Apesar de algumas melhorias pouco significativas, alcançadas em grande medida pelo empenhamento de Norton de Matos, agora Ministro da Guerra do Governo da “União Sagrada”, em finais de 1916 o Exército continuava, no que respeita a preparação, a armamento e equipamento, a debater-se com muitas das dificuldades existentes no

tempo da monarquia pelo estado de penúria em que se encontravam as finanças públicas. Circunstância que só por si fazia levantar sérias dúvidas de que o País fosse capaz de preparar o seu Exército para desempenhar a função que lhe competia em contexto de Guerra.

Esta dificuldade acabou por ser contornada com recurso a empréstimos conseguidos no exterior, e em particular junto das autoridades inglesas, no entanto a obtenção destas verbas (cerca de 75.000 contos) necessárias ao esforço de guerra do País acabou por encolerizar ainda mais o grande número de partidários da não-intervenção no conflito.

Este movimento de oposição, mais ou menos discreto, à entrada de Portugal na Guerra, foi crescendo desde a realização das manobras de Tancos na Primavera/Verão de 1916. Abertamente, a maioria dos elementos do corpo permanente de oficiais do Exército encarava com desagrado, agora que a realidade da Guerra e das suas consequências se tinham tornado mais próximas, a possibilidade de mobilização para a frente activa da guerra em França. O mesmo se passava no seio dos escalões inferiores das forças mobilizadas para instrução em Tancos como se pode comprovar pela ocorrência, em diversas Unidades, de frequentes recusas de embarque e amotinamentos.

Em Novembro de 1916 o estado evolutivo do processo de envolvimento de Portugal no conflito e da definição da tipologia de Grande Unidade a empenhar no mesmo ficou concluído com a adopção da designação “Corpo Expedicionário” e o estabelecimento, por empenhamento de Afonso Costa e Norton de Matos, do compromisso utópico de fazer embarcar para França, no mínimo, três Divisões a partir do início de 1917.³⁸

O momento da criação do Corpo Expedicionário Português, marca o aparecimento de uma realidade militar em Portugal onde é possível constatar a existência de dois exércitos de tipo distinto, um interno e um externo, “(...) dois exércitos completamente opostos”.³⁹

Tinha sido fixado o objectivo político de enviar uma força expedicionária para França mas a carência de armamento e equipamentos de todo o tipo persistia e a insuficiência de pessoal graduado, permanente ou miliciano, e de especialistas continuava a fazer-se sentir. Em termos numéricos e meramente teóricos, apenas abundava o pessoal passível de ser mobilizável para aos escalões inferiores das forças. Teóricos porque as constantes ordens de mobilização, primeiro para África e posteriormente para França, tinham tido um efeito negativo indiscutível sobre os indivíduos pertencentes à faixa etária e às classes de tropas abrangidas por aquelas determinações e provocado um acentuado crescimento das situações de fuga ao serviço militar quer pela via do suborno quer pela deserção pura e simples, a maior parte das vezes para o País vizinho.

Na última quinzena do ano de 1916, sintoma do mau estar existente no seio das Forças Armadas e do crescente número de militares dos quadros permanentes que se opunham ao envio de tropas para França, tem lugar o movimento revolucionário de Machado dos Santos, um “(...) movimento que declaradamente visava, já em último recurso, frenar a entrada de Portugal no conflito e o embarque das primeiras tropas (...)”.⁴⁰

O embarque das primeiras forças expedicionárias portuguesas para França ocorre no mês de Janeiro de 1917.

Anos mais tarde o General Gomes da Costa descreveria como toda a preparação do Corpo Expedicionário Português tinha sido difícil pela escassez de meios de todo o tipo

mas , também, “(...) pela má vontade da grande maioria dos oficiais e praças em intervir numa guerra cujas causas desconheciam.”⁴¹

Na frente ocidental do teatro europeu da Grande Guerra os militares portugueses vão ser expostos a uma nova realidade no que respeita não só ao equipamento e ao armamento mas, sobretudo, a novos métodos de condução da guerra e de emprego de forças. Uma guerra de trincheiras muito diferente daquela para a qual tinham sido treinados desde as manobras de Tancos.

O início do envio de tropas para França leva ao afastamento definitivo de qualquer possibilidade de entendimento entre o poder político e os militares dos quadros permanentes do Exército. O leque de razões esgrimidas em público por grande parte dos militares para este divórcio é vasto e engloba acusações de falta de instrução das forças; de deficiente armamento e equipamento; protesto pelas difíceis condições de vida dos militares e respectivas famílias; “(...) enfim, é a tese do abandono e da irresponsabilidade do poder político, tão frequente nos meios castrenses.”⁴²

Gradualmente, ao longo do ano e 1917 as acções de protesto e as recusas de embarque em diversas Unidades militares cresceram e levaram o poder político a determinar o estabelecimento por parte das forças policiais de perímetros de segurança alargados em torno dos cais ferroviários e marítimos onde se efectuasse o embarque de tropas.

Deste ambiente de permanente críspação e atrito entre militares e políticos surgiram as condições favoráveis ao sucesso do golpe de Estado levado a cabo por Sidónio Pais em 7 de Dezembro.

Preparado por destacadas figuras públicas, vingou pela persistência dos esforços discretos e eficazes que tinham sido desenvolvidos com vista à angariação de apoios no seio das Forças Armadas e em especial junto dos escalões hierárquicos mais baixos do Exército

A acção destes militares das fileiras contou também com o apoio importante de um sem número de oficiais que ao longo dos anos tinham sido demitidos na sequência do fracasso das conjuras em que foram participando⁴³; dos cadetes da Escola de Guerra “(...) a quem seduzia a ideia aventureira de antecipar a sua hora de combatentes, afugentando a tiro um governo de quem ouviam dizer tanto mal (...)”⁴⁴ e; de grupos de civis armados e com larga experiência no manejo de explosivos, adquirida nos constantes confrontos com os carbonários da chamada “formiga-branca”.

Esta foi uma revolução que teve sucesso nos seus objectivos militares pela acção empenhada de oficiais que tinham terminado os seus cursos na Escola de Guerra pouco tempo antes e dos seus cadetes, mas também de muitas centenas de civis que, desde o primeiro momento, aderiram à causa revolucionária. Cadetes e oficiais de diversa patente que, agindo discreta e individualmente fora e dentro das diversas Unidades onde estavam colocados, conseguiram recrutar seguidores dispostos a embarcar numa empresa de resultados pouco previsíveis.

Contrariando as expectativas acalentadas quanto às qualidades distintivas do corpo de oficiais recrutado e formado depois da implantação da República e à sua plena identificação com os ideais republicanos, a nova geração de oficiais saídos da Escola de Guerra parecia enveredar por um ideal contrário à República parlamentar.⁴⁵

Em França, nos últimos meses de 1917, a situação operacional do Corpo Expedicionário

Português, o exército externo, entrou num processo de declínio irreversível, minado pela indisciplina causada pela longa permanência nas trincheiras; pela falta de reforços; pelas consequências resultantes de um sistema de licenças que, servindo quase em exclusivo os escalões superiores do Corpo português, facilitava, com a conivência das autoridades de Lisboa, o abandono da frente de batalha a elementos essenciais à continuação das operações e ao enquadramento das tropas. Era, o “*roulement* em sentido único”.⁴⁶

Nos meses que se seguiram assistiu-se, fruto de condicionalismos domésticos e, principalmente, externos, a um significativo decréscimo do esforço de guerra que até então tinha sido seguido. Uma circunstância que ia de encontro aos interesses particulares daqueles que, em Portugal ou em França, continuavam a apontar a inexistência de condições humanas e materiais para, teimosamente, continuar a insistir no envio de homens para a Flandres.

“Se a desordem [social] minava tão fundo, outras não poderiam ser as consequências. Era fatal. E de rodo com o desmoronamento social que assim se desencadeou, o exercito - reflexo sempre da Sociedade e da Sociedade constituindo sempre um elemento embora simultaneamente lhe seja um apoio - , o exercito, dizíamos, cambaleou, e se já se não afundou de todo no caos que era de reear, é porque ainda o ampara o sentimento que tem da Pátria carecer do sangue dos seus filhos em holocausto á vida dela, neste momento difícil.”⁴⁷

A afirmação acima transcrita, extraída de texto escrito pelo Major Luiz de Mello Athayde em 1918, deixa perceber a profunda desilusão sentida pelo estado caótico em que se encontrava o Exército fruto de quatro anos de conflito em teatros de guerra tão diferentes como o africano e o europeu.

No mês de Abril de 1918, e mais concretamente após a Batalha de La Lys, a crise instala-se em definitivo no seio dos efectivos que restavam do Corpo Expedicionário Português e, na metrópole, caem os últimos elos que mantinham unidas as Forças Armadas enquanto instituição.

Nos meses de Setembro e Outubro avolumam-se os obstáculos criados pelas autoridades britânicas e o Corpo Expedicionário Português é “empurrado” para uma situação de debilidade operacional totalmente insuperável pela reduzida autonomia de decisão do seu Comando e pela ausência de eficaz capacidade negocial. “Nem os comandos britânicos nem o Governo português facilitavam a missão do C.E.P. (...)”⁴⁸

Ocultadas pela acção eficaz da censura, as duras condições de sobrevivência das forças militares portuguesas que, dispersas, permaneciam na Flandres, e as frequentes insubordinações que aí tinham lugar não chegavam ao conhecimento da opinião pública nacional que, na metrópole assiste, a partir de Outubro, ao recrudescer das movimentações militares conspiratórias e ao ressurgimento de grupos revoltosos compostos por civis e militares. Nos últimos meses de guerra e de existência do sidonismo “o Exército deixa de ser um instrumento da política externa da República (...) para se desagregar e operar internamente à volta de facções.”⁴⁹

Com o fim da guerra e com a morte de Sidónio Pais em Dezembro de 1918 assiste-se em Portugal ao ressurgir da intervenção activa dos militares na esfera política.

O que resta do Corpo Expedicionário Português é repatriado e desembarca em Lisboa

no momento em que o País se encontra novamente envolto num ambiente de guerra civil. Regressado à metrópole Garcia Rosado, o General que tinha procurado “imprimir um novo espírito” às forças que restavam do Corpo Português, assume um papel activo e decisivo junto do poder político no sentido da obtenção de garantias para o Exército do pós-guerra.⁵⁰

O EXÉRCITO NA GRANDE GUERRA – UM BALANÇO

Poder-se-á numa primeira avaliação afirmar que o estado exaurido e decadente a que chegara o Exército português em 1919 não era significativamente diferente daquele dos restantes países envolvidos directamente no conflito. No entanto, a grande diferença no que respeita ao caso português reside no facto de esses outros exércitos, não obstante os descomunais custos humanos e materiais, terem conseguido reerguer-se uma vez terminado o conflito e, mais importante, terem sido capazes de capitalizar o respeito e a admiração generalizada das populações pelo esforço despendido e pelo sangue derramado em combate.

Em Portugal o panorama não podia ser mais antagónico. Escassos meses volvidos desde o final da Guerra, o principal Ramo da Força Armada nacional está muito próximo da implosão pelo empenhamento desmesurado e desproporcionado a que tinha sido obrigado ao longo dos quatro anos que durou o conflito mas, sobretudo, porque como instituição não foi capaz de eliminar a teia de circunstâncias de índole diversa que minavam a sua organização e coesão desde finais do século XIX. Situações ligadas directamente à actividade militar é certo, mas também, e em especial, resultantes da constante interferência de diversos actores políticos no Exército com vista ao seu controlo e manipulação.

O programa de reorganização do Exército iniciado em Maio de 1911 foi interrompido tinha decorrido pouco tempo desde o início da Primeira Guerra Mundial ou o mesmo será dizer, no momento em que, de modo reactivo e improvisado, o poder político determinou o envio de forças expedicionárias para África.

Com a conjuntura de guerra a sobrepor-se a toda e qualquer vontade e possibilidade prática de reforma, os planos de reforma do Exército não mais voltariam a ser visitados e a generalidade das determinações legislativas entretanto publicadas nunca chegaram a ser implementadas. As poucas concretizações ocorridas não passaram de meras acções cosméticas e não vão mais além da redefinição do dispositivo territorial de diversas Unidades das diferentes Armas e Serviços e, da substituição das respectivas estruturas de comando.

Para além disso, o projecto de criação de um Exército fundado no conceito de “Nação em Armas”, miliciano, não passou do papel.

A beligerância obrigou a um esforço de mobilização de contingentes de efectivos nunca antes previstos. Contingentes que foi necessário instruir e enquadrar com um quadro permanente de graduados extremamente reduzido. Oficiais e sargentos que progressivamente se mostravam contrários à participação na guerra.

Em face de tais dificuldades, procurou-se anular o contrapoder potencial do corpo permanente de oficiais do Exército promovendo-se o aumento do número de oficiais milicianos. Oficiais que, com uma formação muito inferior à dos demais do quadro permanente, rapidamente se impuseram pelo número.

Mais do que competência, pretendia-se garantir por via do quadro de milicianos a

lealdade que se antevia não existir no seio do quadro de oficiais que tinha transitado do Exército monárquico.

Primeiro na metrópole e posteriormente nas forças expedicionárias, os diversos executivos republicanos patrocinaram a colocação de elementos milicianos no desempenho de funções de relevo que em condições normais não desempenhariam.

No que respeita à prestação de serviço militar, a possibilidade de remissão a dinheiro dessa obrigação desapareceu mas logo se desenvolveram novos esquemas para conseguir a dispensa de serviço. Por via do dinheiro ou pela troca de favores, os mancebos das classes mais abastadas da sociedade portuguesa continuaram a poder eximir-se aos seus deveres. A diminuição do tempo de serviço militar não se concretizou.

Terminada a Guerra, o Exército metropolitano português continuou mal preparado, mal equipado e mal armado, não obstante a tentativa feita pela delegação portuguesa à Conferencia de Paz de Paris no sentido de fazer aprovar, a título de compensação, a entrega de armamento alemão a Portugal.

O programa de Instrução Militar Preparatória desapareceu, assim como qualquer forma unificada de instrução das tropas nas Unidades militares, dando lugar uma vez mais ao improvisado e ao livre-arbítrio.

O afastamento do Exército das acções de manutenção da ordem pública também não se concretizou tendo inclusivamente essa actividade crescido durante os anos que durou a Grande Guerra pela necessidade de fazer frente a um ambiente de quase guerra civil permanente que varreu Portugal de Norte a Sul durante aquele período.

Entre 1914 e 1918 a intervenção activa dos militares na política manteve-se e teve sérias repercussões no Corpo Expedicionário Português. Ao longo desses quatro anos o principal partido político, o Democrático, conseguiu atrair para as suas fileiras grande número de militares, uma acção que visava conseguir uma mais plena aceitação e identificação dos militares com o regime republicano, condições essenciais para a sua segurança e sobrevivência. Nos quartéis da metrópole e nas forças expedicionárias, a política e a partidarização contribuíram em grande medida para a quebra da disciplina e da eficiência das tropas.

Em síntese, no fim da Primeira Guerra Mundial o Exército está num estado lastimoso e o seu elemento mais importante, o humano, profundamente desmoralizado e desiludido pelo modo como o regime republicano tinha insistido na continuação de um empenhamento militar sem glória e, em última instância, humilhante.

Por entre acusações mútuas de responsabilidade pelo desenlace da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, militares e poder político passaram a confrontar-se abertamente.

O regime republicano, que sempre tivera as suas reservas relativamente ao quadro permanente de oficiais, deixa de confiar no Exército.

Em sentido inverso revelar-se-ia, em Maio de 1926, a vontade da generalidade dos portugueses.

O autor não adopta o novo acordo ortográfico.

NOTAS

- 1 Ordem do Exército I Série, 1911, p. 571.
- 2 Veja-se LOUSADA, Abílio Pires, “O Exército na Transição da Monarquia para a República”, *Lusíada História*, nº7, Lisboa: Universidade Lusíada, 2010, pp 13-33.
- 3 MATOS, Luís Salgado de, “República: Um Corpo com Alma, BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.117 et seqs.
- 4 FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 101 et seqs.
- 5 TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Como foi Portugal para a Guerra: o Instrumento Militar e a Conduta da Guerra”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.22-30.
- 6 TELO, António José, “A República e as Forças Armadas”, In MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Lisboa; Ediclube, 1993, pp. 423-424. Vasco Pulido Valente defende que “o exército nunca se dispusera a morrer pelo rotativismo” e que não estava interessado em matar pelos “erros dos políticos”. VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. Lisboa: Moraes Editores, 1982. Medeiros Ferreira destaca a indiferença e a desmotivação do Exército referindo que não seria “(...) a defesa ou o derrube de um determinado regime político que os motiva[ria] à acção concertada”. FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 36.
- 7 MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945, p. 498 et seqs.
- 8 Manual da 1ª Cadeira, *Orgânica Militar Portuguesa*, Lisboa: Escola de Guerra, 1916, pp. 18-19.
- 9 CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX*, Lisboa: IN-CM, 1985, p. 97.
- 10 Ordem do Exército I Série, 1911, p. 572.
- 11 NAVARRO, Bruno, J., *Governo de Pimenta de Castro: Um General no Labirinto Político da I República*, Lisboa : Assembleia da República, 2011, p. 35.
- 12 Diário do Senado, 29 de Dezembro de 1911.
- 13 Veja-se FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 103 et seqs.
- 14 Diário do Governo n.º 56/1911, Série I de 1911-03-10
- 15 Diário do Governo n.º 56/1911, Série I de 1911-03-10, pp. 1028 et seqs.
- 16 Cavalaria – 30 semanas; Engenharia e Serviço de Saúde Militar – 25 semanas; Artilharia e condutores de outras Armas e Serviços – 20 semanas; Infantaria e demais Serviços – 15 semanas. DUARTE, António Paulo, “Serviço Militar e Recrutamento” In ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume III-N-Z. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. pp. 785-790.
- 17 FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 105-107.
- 18 Veja-se MATOS, Luís Salgado de, “República: um Corpo com Alma”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.117 et seqs.
- 19 “As Armas actuam diretamente sobre o inimigo empregando a espingarda, a lança ou a espada, a boca de fogo (...) a mina ou a sapa. (...) Os Serviços são destinados a auxiliar imediatamente o comando (estado-maior) ou a assegurar todas as necessidades materiais das tropas”. Manual da 1ª Cadeira, *Orgânica Militar Portuguesa*, 1916, Escola de Guerra, p. 86.
- 20 *Idem*, p. 126-127.
- 21 Serviço de Administração Militar - oito Companhias de subsistências, oito Companhias de equipagens; Serviço de Saúde Militar – oito Companhias de Saúde; Serviço Veterinário Militar – um Esquadrão de ferradores, um Esquadrão de enfermeiros hípicas.
- 22 Veja-se Decreto - Diário do Governo n.º 122/1911, Série I de 1911-05-26, Art.º 410.º.
- 23 Manual da 1ª Cadeira, *Orgânica Militar Portuguesa*, 1916, Escola de Guerra, pp. 193-195.
- 24 Diário da Câmara dos Deputados, debates parlamentares, Sessão n.º 19 de 26 de Dezembro de 1911

- 25 Veja-se ROCHA, Jorge Silva, Planeamento de Defesa e Alianças, Portugal nos Primeiros Anos da Guerra Fria (1945-1959), Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2013.
- 26 FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 95 et seqs.
- 27 Diário do Governo nº 103 de 4 de Maio de 1911
- 28 Diário da Câmara dos Deputados, debates parlamentares, Sessão n.º 19 de 26 de Dezembro de 1911
- 29 FERREIRA, José Medeiros, “Forças Armadas e a República: Antes, Durante e Depois da Primeira Guerra Mundial”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.267 et seqs.
- 30 Veja-se BARROSO, Luís. “A Primeira Guerra Mundial em Angola”. O Ataque Preemptivo a Naulila. *Relações Internacionais* [online]. 2015, n.47 [citado 2018-05-20], pp.127-148. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992015000300007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1645-9199. Veja-se também FREIRE, Miguel, “Naulila – Quando o Inimigo ainda não o era, mas já se Combatia”, In *Actas do Colóquio Internacional “A Grande Guerra – Um Século Depois”*, Academia Militar, 2015, pp. 123-152.
- 31 FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 129 et seqs.
- 32 TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, O CEP – os Mmilitares Sacrificados pela Má Política, Porto: Fronteira do Caos, 2016, pp. 128-134.
- 33 BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 371.
- 34 Idem, *ibidem*.
- 35 FERREIRA, José Medeiros, “Forças Armadas e a República: Antes, Durante e Depois da Primeira Guerra Mundial”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.271-276.
- 36 Diário da Câmara dos Deputados - Sessão N.º 80 - 4 de Maio de 1916
- 37 TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Como foi Portugal para a Guerra: o Instrumento Militar e a Conduta da Guerra”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.26.
- 38 Veja-se FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 292 - 293.
- 39 TELO, António José, “Os Começos do Século”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.377.
- 40 Promovido pelo oficial da Armada Machado dos Santos, o movimento teve grande adesão da oficialidade do Exército e, com início em Tomar, acabou por alastrar a Abrantes, Castelo Branco e Figueira da Foz – Veja-se FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 166.
- 41 COSTA, Gomes da, *A Grande Batalha do C. E. P. (A Batalha do Lys) 9 de Abril de 1918*, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [192?], p. 44 et seqs.
- 42 FERREIRA, José Medeiros, “Forças Armadas e a República: Antes, Durante e Depois da Primeira Guerra Mundial”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.274.
- 43 “(...) oficiais que, tocados pela tarântula política e ansiosos pela desforra do 14 de Maio e do 13 de Dezembro, em que o exército tinha sido enxovalhado, ardiam em desejos de redimir o país(...)” DUARTE, Teófilo, *Sidonio Pais e o seu consulado, 1941*, Portugalíia, Lisboa: 19141, pp. 164
- 44 Sobre a participação dos cadetes da Escola de Guerra na “Revolta de Sidónio de Pais” veja-se ROCHA, Jorge Silva, “A Escola de Guerra na Revolta de 5 de Dezembro de 1917”, In TELO, António José, *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2015*, Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda, 2015, pp. 87-99. ISBN: 978-989-8647-48-1.
- 45 FERREIRA, José Medeiros, *O Sidonismo e os Militares*, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 277 et seqs.

- 46 Idem, *ibidem*. Veja-se também FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 500 - 516.
- 47 ATHAYDE, Luiz de Mello, “O País e o Exército no Actual Momento”, In *Revista Militar*, 70, 5, Maio 1918, pp. 288-295.
- 48 OLIVEIRA, A. N. Ramires de (coord), *História do Exército Português*, Vol. III, Lisboa: EME, 1993, p. 139.
- 49 *Idem*, p. 281.
- 50 TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, *O CEP - os Militares Sacrificados pela Má Política*, Porto: Fronteira do Caos, 2016, p. 480.

BIBLIOGRAFIA

Actas do Colóquio Internacional “A Grande Guerra – Um Século Depois”, Academia Militar, 2015.

ATHAYDE, Luiz de Mello, “O País e o Exército no Actual Momento”, *In Revista Militar*, 70, 5, Maio 1918, pp. 288-295.

BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

BARROSO, Luís. “A Primeira Guerra Mundial em Angola. O Ataque Preemptivo a Naulila”. *Relações Internacionais* [online]. 2015, n.47 [citado 2018-05-20], pp.127-148. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992015000300007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1645-9199.

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, Lisboa: IN-CM, 1985.

COSTA, Gomes da, *A Grande Batalha do C. E. P. (A Batalha do Lys) 9 de Abril de 1918*, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [192?].

DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado, 1941*, Portugália, Lisboa: 19141, pp. 164

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo – Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FREIRE, Miguel, “Naulila – Quando o Inimigo ainda não o era, mas já se Combatia”, *In Actas do Colóquio Internacional “A Grande Guerra – Um Século Depois”*, Academia Militar, 2015.

LOUSADA, Abílio Pires, “O Exército na Transição da Monarquia para a República”, *Lusíada História*, nº7, Lisboa: Universidade Lusíada, 2010, pp 13-33

MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.

MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Lisboa: Ediclube, 1993.

NAVARRO, Bruno, J., *Governo de Pimenta de Castro: Um General no Labirinto Político da I República*, Lisboa: Assembleia da República, 2011.

OLIVEIRA, A. N. Ramires de (coord), *História do Exército Português*, Vol. III, Lisboa: EME, 1993.

Orgânica Militar Portuguesa, Lisboa: Escola de Guerra, 1916.

ROCHA, Jorge Silva, “A Escola de Guerra na Revolta de 5 de Dezembro de 1917”, *In TELO*, António José, *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2015*, Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda, 2015, pp. 87-99. ISBN: 978-989-8647-48-1.

ROCHA, Jorge Silva, *Planeamento de Defesa e Alianças, Portugal nos Primeiros Anos da Guerra Fria (1945-1959)*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2013.

ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *Dicionário de História da I República e do republicanismo*. Volume III-N-Z. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014.

TELO, António José, *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2015*, Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda, 2015. ISBN: 978-989-8647-48-1.

TELO, António José, SOUSA, Pedro Marquês de, *O CEP - os Militares Sacrificados pela Má Política*, Porto: Fronteira do Caos, 2016.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.